Revista Científica Brasileira de Saúde e Medicina (RBMED)
(Brazilian Scientific Journal of Health and Medicine) ISSN-e 3086-2477
V.1. N. 1 | 2026

O Papel das Parcerias Público-Privadas para o Desenvolvimento Sustentável em Moçambique período 2020-2024

The Role of Public-Private Partnerships for Sustainable Development in Mozambique 2020-2024

Givanguire Neves Mundundo, gmundundo@hotmail.com

Lito Blande Ruco, litosbland@gmail.com

Francisco Nassone Guambe, franciscoguambe@gmail.com

Juvenia Danina Joao, Juveniajoao@gmail.com

Resumo

Este estudo investiga o papel das Parcerias Público-Privadas (PPPs) para o desenvolvimento sustentável em Moçambique periodo 2020-2024. Tendo como questão de partida: Como é que as parcerias público-privadas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável em Moçambique? A metodologia adotada para a realização deste trabalho baseou-se em análise documental e estudo bibliográfico, focando projetos implementados nas áreas de infraestrutura. O objetivo geral: analisar o papel das PPPs para o desenvolvimento sustentável em Moçambique. Os objetivos especificos são: Descrever os impactos da implementação de projetos de intraestruturas em Moçambique através PPPs; Ilustrar como os setores beneficiários de PPPs tem incorporado metas de sustentabilidade nos contratos e políticas públicas; Relacionar os resultados das PPPs com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os resultados sugerem que, embora as PPPs tenham potencial para impulsionar o desenvolvimento sustentável, desafios como a falta de transparência, capacidade institucional limitada conflitos de interesses entre os parceiros comprometem sua eficácia. Conclui-se que, para maximizar os benefícios das PPPs, é necessário fortalecer a governança, promover o diálogo entre os setores e garantir uma abordagem inclusiva e participativo. Assim, as PPPs podem se tornar ferramentas valiosas para alcançar os objetivos de Desenvolvimento Sustentável no país.

Palavras-chave: Parcerias Público-Privadas, Investimento privado desenvolvimento sustentável

Abstract

This study investigates the role of Public-Private Partnerships (PPPs) for sustainable development in Mozambique from 2020 to 2024. Starting from: How can public-private partnerships contribute to sustainable development in Mozambique? The methodology adopted to carry out this work was based on documentary analysis and bibliographic study, focusing on projects implemented in the areas of infrastructure. The general objective: to analyze the role of Public-Private Partnerships (PPPs) for sustainable development in Mozambique. The overall objective: to analyze the role of Public-Private Partnerships (PPPs) for sustainable development in Mozambique. The specific objectives are: To describe the impacts of the implementation of intrastructure projects in Mozambique through PPPs; Illustrate how PPP beneficiary sectors have incorporated sustainability goals into contracts and public policies; Relate the results of PPPs to the Sustainable Development Goals. The results suggest that while PPPs have the potential to

boost sustainable development, challenges such as lack of transparency, limited institutional capacity, and conflicts of interest among partners compromise their effectiveness. It is concluded that, in order to maximize the benefits of PPPs, it is necessary to strengthen governance, promote dialogue between sectors and ensure an inclusive and participatory approach. Thus, PPPs can become valuable tools to achieve the Sustainable Development Goals in the country.
Keywords: Public-Private Enterprises, Private Investment Sustainable Development

1. Introdução

No atual cenário global, marcado por desafios sociais, económicos e ambientais complexos, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) têm se manifestado como uma estratégia relevante para o desenvolvimento sustentável, especialmente em países em vias de desenvolvimento como Moçambique. Essas parcerias visam unir recursos e conhecimentos do setor público e privado para abordar desafios sociais e económicos.

Moçambique, com suas ricas reservas naturais e um potencial significativo para o desenvolvimento, enfrenta diversos obstáculos, incluindo a pobreza, a falta de infraestrutura e sem esquecer dos efeitos das mudanças climáticas. As PPPs surgem como uma solução viável, permitindo que o país atraia mais investimentos privados e acesso a tecnologia e inovação. Ao longo dos últimos anos, o governo moçambicano tem buscado estruturar um ambiente favorável para essas parcerias, promovendo legislações e políticas que incentivem o investimento privado no país.

Um exemplo de sucesso em Moçambique inclui projetos na área de energia e infraestrutura, onde a colaboração entre o setor público e empresas privadas resultou em melhorias significativas no acesso a serviços básicos, como eletricidade e transportes. No entanto, desafios persistem, como a necessidade de garantir a transparência e a governança nas PPPs, além da importância de alinhar os interesses privados com as necessidades da população (Alves, 2025).

De acordo com Eng, J. & Zhai, N. (2021). "A eficácia das PPPs em Moçambique depende, portanto, da criação de um marco regulatório sólido, da capacitação das instituições locais e do envolvimento ativo das comunidades, assegurando que os benefícios sociais e ambientais sejam prioritários e duradouros. A experiência moçambicana pode oferecer lições valiosas sobre o papel das PPPs na promoção do desenvolvimento sustentável em contextos semelhantes" (p. 99).

A presente pesquisa tem como objetivo investigar como as PPPs podem contribuir para o desenvolvimento sustentável em Moçambique, explorando as oportunidades e os

desafios enfrentados. Para isso, usaremos a metodologia qualitativa, que envolverá a análise de estudos de caso e revisão de literatura pertinente. Através dessa abordagem, buscamos compreender não apenas os resultados alcançados por meio das PPPs, mas também as dinâmicas das parcerias, os mecanismos de financiamento, e as influências das políticas públicas e da cooperação internacional nesse processo.

Sumarizando, as Parcerias Público-Privadas representam uma oportunidade promissora para país, capacitando-o a enfrentar seus desafios históricos de forma inovadora e eficiente e eficaz. Ao promover uma colaboração integrada entre os setores público e privado, Moçambique não só poderá impulsionar seu crescimento económico, mas também garantir um desenvolvimento social inclusivo e sustentável. No entanto, o sucesso dessas iniciativas dependerá de um compromisso contínuo com a transparência, a boa governança e a responsabilidade social, assegurando que os benefícios das PPPs cheguem a todos os cidadãos. Com esforço conjunto e estratégias bem delineadas, Moçambique está posicionado para transformar seus desafios em oportunidades, construindo um futuro mais próspero resilientemente e sustentável.

1.1 **Problema**

- ✓ Como é que as parcerias público-privadas (PPPs) podem contribuir para o desenvolvimento sustentável em Moçambique?

1.2 objetivo geral

- ✓ Analisar do Papel das Parcerias Público-Privadas para o Desenvolvimento Sustentável em Moçambique.

1.3 Objetivos específicos

- ✓ Descrever os impactos da implimentação de projetos de intraestruturas em Moçambique através PPPs;
- ✓ Ilustrar como os setores beneficiarios de PPPs tem incorporado metas de sustentabilidade nos contratos e politicas pubilcas;
- ✓ Relacionar os resultados das PPP com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2. Revisão da literatura

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) emergem como uma abordagem estratégica para abordar desafios de desenvolvimento sustentável, especialmente em países em vias de desenvolvimento como Moçambique. A eficácia dessas parcerias pode ser analisada em diversos contextos, incluindo infraestrutura, saúde, educação e outros.

Moçambique, após a guerra civil, enfrentou diversos desafios económicos e sociais. A necessidade de investimentos significativos para o desenvolvimento de infraestrutura e serviços públicos levou o governo a considerar as PPPs como uma solução viável. Desde o início dos anos 2000, o país começou a implementar esse modelo, buscando atrair investimentos estrangeiros e expertise.

2.1 Parcerias Público-Privadas (PPP)

As parcerias público-privadas (PPPs) são uma estratégia que visa unir o setor público e o setor privado para a realização de projetos e serviços de interesse público. Esse modelo pode trazer diversas vantagens, como a alocação eficiente de recursos, a inovação e a agilidade na execução de obras e serviços, além de permitir que o setor privado aproveite sua expertise em gestão e operação.

No entanto, é importante que as parcerias público-privadas sejam estruturadas com transparência e responsabilidade. A governança adequada e o controle social são essenciais para evitar problemas como a corrupção e a má gestão dos recursos públicos. Também é fundamental garantir que os interesses da população sejam priorizados, evitando que os lucros do setor privado comprometam a qualidade dos serviços prestados.

Um dos grandes desafios das parcerias público-privadas é assegurar um equilíbrio entre o retorno financeiro para os investidores e a acessibilidade e qualidade dos serviços para a população. Assim, um diálogo aberto entre todos os envolvidos, governo, empresas e sociedade civil é crucial para o sucesso desse modelo. Contudo, as parcerias público-privadas podem representar uma solução eficaz para a infraestrutura e serviços públicos, desde que geridas de forma ética e transparente.

Para Almeida, A. & Santos, P. (2020):

> "No setor de infraestrutura, as parcerias público-privadas têm sido vitais para a construção e manutenção de estradas, pontes e sistemas de transporte, [...] projetos como a reabilitação do Corredor de Nacala, que conecta o interior do país aos portos, exemplificam como a colaboração

> entre o governo e investidores privados pode mobilizar recursos. Também impulsiona a economia local, criando empregos e melhorando o acesso a mercados" (p. 225).

Segundo Moore (2008, p. 157), parceria público-privada pode ser entendida como:

> [...] negociações específicas estabelecidas entre os representantes de organizações do setor privado, de um lado, e das organizações do setor público, de outro. São representantes que controlam os ativos e representam os interesses de órgãos públicos e privados específicos, que buscam arranjos cooperativos, nos quais cada parte pode fazer melhor (nos seus próprios termos) do que faria agindo por conta própria.

De acordo com Brito e Silveira (2005) o modelo brasileiro adere ao significado literal de PPPs, pois estabelece uma relação de parceria entre o ente privado e o público, de modo que, os entes participantes, trabalhem em conjunto, mas desempenhando papéis diferentes e priorizando a busca os objetivos da parceria.

Em Moçambique, as PPP foram introduzidas formalmente, pela primeira vez, em 2011, com a Lei 15/2011, de 10 de Agosto (Lei de Parcerias Público-privadas, Projectos de Grande Dimensão e Concessões Empresariais), comummente conhecida como Lei das PPP. Porém, muito antes da previsão legal, já eram realizadas em Moçambique negócios materialmente de PPP (Nhamire & Matine, 2015).

Nhamire & Matine. (2015) diz que:

> "Nos anos noventa, embora sem usar a terminologia PPP, já realizavam-se concessões de gestão de empreendimentos públicos, no que materialmente constituíam PPP. 21 Foi dentro deste contexto que o Governo aprova o primeiro documento oficial de políticas públicas a fazer referência material às PPP. Tratava-se da Resolução nº 5/96, de 2 de Abril, que aprova a Política dos Transportes. O documento do Conselho de Ministros reconhece a necessidade de "participação do capital privado na criação e reabilitação de infra-estruturas, na gestão por contracto ou concessão, parcial ou total, de portos, linhas férreas e aeródromos, e na constituição e exploração de empresas de navegação aérea e marítima''.

2.2 Cooperação Internacional

A Cooperação Internacional refere-se ao processo pelo qual países, organizações e instituições colaboram para alcançar objetivos comuns, resolver problemas globais ou promover o desenvolvimento social, económico e ambiental. Essa colaboração pode ocorrer em diversas áreas, incluindo saúde, educação, meio ambiente, segurança e direitos humanos, e pode se manifestar por meio de acordos bilaterais, multilaterais, ONG e projetos conjuntos.

Para Maria Manuela Afonso & Ana Paula Fernandes (2005), em sua obra sobre introdução à cooperação internacional, "abordam o tema como um processo complexo que envolve a comunicação e colaboração entre países para alcançar objetivos comuns, como desenvolvimento económico, social, ambiental e segurança. Elas enfatizam a importância da integração de esforços em áreas como saúde, educação, cultura e resposta a crises globais" (p. 57).

A cooperação internacional, segundo as autoras, pode ocorrer de diversas formas, incluindo acordos bilaterais e multilaterais, projetos de desenvolvimento, ajuda humanitária e intercâmbio de conhecimento e tecnologias. Além disso, elas destacam o papel das organizações internacionais e da sociedade civil nesse processo, que é fundamental para promover não apenas o bem-estar das nações envolvidas, mas também a paz e a estabilidade global.

2.3 Desenvolvimento Sustentável

Segundo o relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Ou seja, é um modelo de desenvolvimento que busca equilibrar os aspectos económicos, sociais e ambientais, garantindo um crescimento que seja sustentável a longo prazo.

À luz de Barreto (2004), a ideia da sustentabilidade almeja algo capaz de ser duradouro, suportável e conservável com um intuito de continuidade. Isso demonstra que a sustentabilidade prevê a continuidade dos recursos e seu uso de modo suportável respeitando, assim, a capacidade e o limite de carga do ambiente. Isso demonstra a necessidade que o modelo de desenvolvimento tem de rever, mudar e orientar seus

métodos de produção antes predatórios achando que os recursos naturais eram infinitos, para um modelo que possa ser cauteloso no uso e manuseio com o ambiente.

Segundo Smith, J. (2021):

> "O desenvolvimento sustentável é um conceito que busca atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades" (p. 41).

Smith, J. (2021) afirma que:

> "O desenvolvimento sustentável requer um equilíbrio delicado entre crescimento económico, equidade social e proteção ambiental. É um processo dinâmico que exige colaboração e comprometimento em todos os níveis da sociedade. Ao adotar práticas sustentáveis, é possível criar um futuro mais próspero e justo para todos, preservando o planeta para as gerações futuras" (p. 33).

Assim sendo, desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico que exige colaboração e comprometimento em todos os níveis da sociedade. Adotar práticas sustentáveis é criar um futuro mais próspero e justo para todos, preservando o planeta para as gerações futuras.

2.4 Eficácia nas parcerias público-privadas

Os autores Hodge, G. A. & Greve, C. (2007) afirmam que:

> "A eficácia das parcerias público-privadas (PPPs) na cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável refere-se à capacidade e ao impacto positivo que tais colaborações podem ter na promoção de objetivos de desenvolvimento sustentável, que incluem a erradicação da pobreza, a igualdade social, entre outros".

De acordo com a PNUD (2017):

> "As parcerias público-privadas (PPPs), têm se mostrada uma ferramenta eficaz para a promoção de desenvolvimentos sustentáveis e melhorias na infraestrutura pública, especialmente em contextos onde os recursos governamentais são limitados. Um argumento central acerca da eficácia nas PPPs é que elas possibilitam a combinação de competências e recursos do setor público e privado, resultando em soluções mais inovadoras e eficientes para problemas complexos".

Afirma OCDE (2008) que: "Primeiramente, a alocação de riscos é uma característica fundamental das PPPs, ao transferir parte dos riscos associados à execução de projetos

para a iniciativa privada, o setor público pode se concentrar em suas funções regulatórias e de supervisão, enquanto as empresas são incentivadas a otimizar custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados. Isso, por sua vez, pode levar a um melhor desempenho nas entregas, que muitas vezes se torna um reflexo na satisfação dos cidadãos" (p. 12). Além disso, as PPPs podem acelerar a implementação de projetos críticos, uma vez que o setor privado, muitas vezes, possui mais agilidade e acesso a técnicas e tecnologias avançadas (Alves, 2025). Essa rapidez na execução é fundamental em áreas como saúde, transporte e infraestrutura, onde a demanda por serviços eficientes é alta e as soluções precisam ser implementadas rapidamente. Para Sharma, K. (2015):

> "A transparência e a prestação de contas são também elementos que podem ser reforçados nas PPPs, mediante a criação de estruturas de governança robustas que garantam a supervisão adequada das atividades e o monitoramento de resultados. Quando bem implementadas, as PPPs não apenas otimizam recursos, mas também elevam o padrão dos serviços públicos, promovendo mais qualidade e eficiência, o que favorece a confiança dos cidadãos nas instituições" (p. 103).

Em síntese, a eficácia das parcerias público-privadas reside na sinergia entre a capacidade de gestão do setor privado e a missão pública de melhorar a vida da população, fazendo destas parcerias uma alternativa viável e estratégica para enfrentar os desafios contemporâneos. A eficácia das parcerias público-privadas na cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável depende de um equilíbrio entre objetivos económicos, sociais e ambientais, bem como da criação de um ambiente regulatório que garanta a transparência e a responsabilização.

2.5 Eficiência das parcerias público-privadas (PPPs)

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) têm sido uma estratégia adotada por muitos países, incluindo Moçambique, para mobilizar recursos e expertise no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, saúde e educação. A eficiência dessas parcerias pode ser avaliada com base em diversos fatores, incluindo a melhoria na qualidade dos serviços, a redução de custos e o aumento da capacidade de investimento.

Para Azevedo, E. S. & Nascimento, J. F. (2015), "A eficiência das PPPs pode ser medida pela capacidade de atingir resultados desejados com um uso otimizado de recursos, assegurando tanto a qualidade na entrega de serviços quanto a redução de custos para o setor público".

Carlos de Oliveira (2018) defende que: A eficiência das PPPs deriva não apenas da partilha de riscos entre os setores público e privado, mas também da inovação e da melhor gestão de recursos, resultando em benefícios mútuos para ambas as partes.

Segundo Luis da Silva, a eficiência nas PPPs é avaliada através da análise do retorno sobre investimento, do impacto económico gerado e da capacidade de atender as necessidades da população de maneira sustentável e a longo prazo.

Esses autores oferecem diferentes perspectivas sobre a eficiência das parcerias público-privadas, enfatizando aspectos como gestão, partilha de riscos e otimização de recursos. As definições podem variar, mas o conceito central envolve a eficácia em gerar resultados com a melhoria na utilização dos recursos disponíveis.

De modo geral, as parcerias público-privadas em Moçambique têm demonstrado potencial para melhorar a eficiência em projetos de infraestrutura, saúde e outros. No entanto, é de capital fundamental que o governo continue a trabalhar na formulação de políticas claras e na criação de um ambiente propício que incentive a participação do setor privado, garantindo uma gestão eficaz e transparente desses projetos. Com um melhor planeamento e regulação, as PPPs podem ser uma solução sustentável para os desafios de desenvolvimento no país.

2.6 Investimento privado

Após o fim da guerra civil em 1992, Moçambique iniciou uma série de reformas económicas que incluíram a liberalização do setor privado. Esta época incentivou a participação do setor privado em diversas áreas, incluindo infraestrutura e serviços públicos.

Em 2000**,** o governo começou a formalizar o uso de parcerias público-privadas (PPPs) como uma estratégia para mobilizar investimentos estrangeiros e melhorar as infraestruturas. Setores como energia, transportes e saúde começaram a ver uma crescente colaboração entre o governo e investidores privados.

Apesar do potencial, as parcerias público-privadas em Moçambique enfrentam desafios como corrupção, instabilidade política, insegurança jurídica, e a necessidade de um

ambiente económico estável. No entanto, os desafios também oferecem oportunidades para o desenvolvimento de modelos mais robustos de colaboração, que possam não apenas atrair investimentos, mas também atender às necessidades de desenvolvimento sustentável.

Segundo Gary Becker (1976):

> "Investimento privado refere-se ao capital que empresas ou indivíduos alocam em ativos produtivos, como maquinário, tecnologia, infraestrutura ou imóveis, com o objetivo de gerar lucro. Este tipo de investimento é fundamental para o crescimento econômico, pois impulsiona a inovação, aumenta a capacidade produtiva e promove a criação de empregos. O investimento privado pode ocorrer em diversos setores, incluindo indústria, serviços e tecnologia" (p. 24).

2.7 Governança

A governança é um conceito fundamental em várias esferas, incluindo política, empresas e organizações. Refere-se aos processos, sistemas e práticas que garantem que uma entidade seja dirigida, controlada e responsabilizada. Uma boa governança é essencial para promover a transparência, a responsabilidade e a equidade, fatores que contribuem para a confiança da sociedade nas instituições.

No contexto político, a governança é de extrema importância para a estabilidade e o desenvolvimento de um país. Sistemas de governança eficazes podem ajudar a combater a corrupção, garantir os direitos humanos e promover o bem-estar social. Em ambientes corporativos, práticas de boa governança corporativa são fundamentais para assegurar que as empresas operem de forma ética e responsável, protegendo os interesses de acionistas, funcionários e a comunidade.

Segundo Joseph Stiglitz (2002), "analisa a governança dentro do contexto da globalização, enfocando a necessidade de estruturas de governança eficazes para garantir que o desenvolvimento económico ocorra de forma justa e sustentável" (p. 18).

Para Mark Bevir (2013), "Apresenta a governança como um processo complexo que envolve a interação entre governos, instituições e cidadãos, e discute as diversas formas de governança que surgem em resposta às mudanças sociais e políticas" (p. 73).

2.8 Políticas públicas

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento de sociedades. Elas são instrumentos que o Estado utiliza para atender às necessidades da população, visando promover o bem-estar social, a justiça e a equidade.

Um aspecto importante a ser considerado é a necessidade de uma abordagem participativa na formulação dessas políticas. A inclusão da sociedade civil, por meio de consultas e debates, enriquece o processo e garante que as soluções propostas estejam alinhadas com as reais necessidades da população. Além disso, a transparência é essencial para que haja confiança nas instituições e que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficaz.

Por outro lado, muitas políticas públicas enfrentam desafios como a falta de continuidade, desarticulação entre diferentes níveis de governo e, em algumas vezes, a influência de interesses privados em detrimento do bem público. Dessa forma, é crucial que os formuladores de políticas busquem formas inovadoras e integradas para abordar questões complexas, como desigualdade social, saúde, educação, meio ambiente etc.

Em suma, as políticas públicas são instrumentos poderosos que, quando bem elaborados e implementados, podem transformar realidades e melhorar a qualidade de vida das pessoas. É essencial que o diálogo entre governo e sociedade civil continue a ser fortalecido para garantir que as políticas atendam de fato às necessidades da população.

3. Metodologia

A utilização da metodologia qualitativa no presente artigo científico se justifica por sua capacidade de oferecer uma visão detalhada e contextualizada dos fenômenos estudados. A pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem qualitativa, Minayo, M. C. (2020) define “Metodologia qualitativa como um conjunto de procedimentos que privilegia a compreensão contextualizada, subjetiva e rica dos fenómenos sociais, culturais e humanos, destacando a importância da subjetividade, da ética e da contextualização na pesquisa qualitativa” (p. 97).

De acordo com Canastra (2015), “A metodologia é o conjunto de métodos e técnicas utilizadas para a execução de uma pesquisa” (p. 29). Marconi e Lakatos (2009) definem método como “o conjunto de actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo, conhecimentos válidos e

verdadeiros traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões da ciência" (p. 104).

Destarte, Marconi e Lakatos (2019), afirmam que: "A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, inclui toda a bibliografia já tornada pública, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses e artigos científicos" (p. 234).

A pesquisa possui carácter descritivo, pois, essa abordagem permite descrever detalhadamente as características e as relações entre as variáveis envolvidas nesse contexto. Segundo Gil (2008), "a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis" (p. 6). O que se espelha com o objectivo deste estudo.

4. Resultados e discussão

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) emergem como uma estratégia relevante no contexto do desenvolvimento sustentável, especialmente em países em vias de desenvolvimento como Moçambique. Esses modelos de cooperação têm o potencial de unir recursos públicos e privados para enfrentar desafios socioeconómicos, promovendo investimentos em infraestruturas, serviços essenciais e inovação. Este estudo analisa o papel das parcerias público-privadas (PPPs) para o desenvolvimento sustentável em Moçambique, levando em consideração questões como governança, sustentabilidade, impacto social e económico.

As parcerias público-privadas, quando bem implementadas, apresentam-se como uma ferramenta poderosa nas parcerias em Moçambique, promovendo o desenvolvimento sustentável de forma abrangente. No entanto, é necessário que as parcerias assegurem um alinhamento com as políticas públicas e as necessidades da população. Para maximizar a eficácia das parcerias público-privadas, recomenda-se:

- **Fortalecimento da Governança**: Implementar uma estrutura regulatória robusta que garanta transparência, responsabilização e combate à corrupção é fundamental para aumentar a confiança entre os atores envolvidos e garantir o sucesso dos projetos.
- **Foco na Sustentabilidade**: As parcerias público-privadas devem ser avaliadas não apenas pelo retorno financeiro, mas também pelo impacto social. A inclusão de critérios claros de sustentabilidade nas propostas de parceiros privados pode ajudar a alinhar

os objetivos económicos com as necessidades sociais. A inclusão de comunidades locais desde a fase de planeamento até a execução dos projetos é essencial para garantir que as intervenções correspondam às reais necessidades da população.

- **Infraestruturas melhoradas**: A Circular de Maputo e a ponte Maputo-Katembe é um exemplo claro de como Parcerias Público-Privadas (PPPs) podem ser usadas para melhorar as infraestruturas em Moçambique através da cobrança de taxas de uso nas portagens. Essa taxa de portagem é uma forma de garantir a recuperação do investimento privado, manutenção contínua da infraestrutura e Sustentabilidade financeira do projeto sem depender exclusivamente do orçamento do Estado.

Impactos da implementação de projetos de infraestruturas via PPPs em Moçambique

- **Impactos económico:** Os PPPs atraem capitais externos que, se bem estruturados, fomentam novos fluxos de investimento estrangeiro direto. Pode permitir que grandes projetos, como portos, pontes, estradas, sejam realizados com menor esforço financeiro direto do Estado e parcerias podem geram receitas para o Estado (taxas, impostos, dividendos).
- **Geração de emprego e desenvolvimento local:** Os projetos de PPPs geralmente envolvem obras de grandes invergaduras como estradas, portos, centrais elétricas, etc. Esses projetos empregam centenas ou milhares de pessoas.
- **Melhoria de eficiência e qualidade de serviço:** Com concessões e PPPs, há incentivos para maior eficiência operacional, modernização tecnológica e melhores práticas de gestão. Ex: Porto de Maputo utilizou tecnologia e procedimentos mais modernos.

Como os setores beneficiários de PPPs têm incorporado metas de sustentabilidade nos contratos e nas políticas públicas

Os contratos atuais das PPPs são cada vez mais exigintes e com compromissos claros com metas de sustentabilidade, de forma a proteger o meio ambiente e as comunidades locais. Alguns contratos incluem indicadores relacionados com à sustentabilidade (Redução de perdas de água ou energia, Eficiência energética, Inclusão de fornecedores locais, Inclusão mulheres e outros).

A Lei n.º 16/2012 de 4 Julho, no seu artigo 3, alinha nº d, preceitua o seguinte; "A implementação de ações e projetos de responsabilidade, de desenvolvimento e de sustentabilidade sociais junto das comunidades locais".

Relação dos resultados das PPPs com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- **Erradicação da pobreza:** Criação de emprego local com PPPs em infraestruturas (portos, estradas, energia) contribui para renda das famílias, assim sendo, temos a inclusão da mão de obra local, reduzindo assim o nível de pobreza.
- **Trabalho decente e crescimento económico:** Geração de empregos diretos e indiretos nos no projectos como portos, construções de infratruturas, energia e logística. Atração de investimento privado estimula crescimento económico melhoria assim a qualidade e eficiência das infraestruturas e fomenta maior competitividade no mercado.

  Cidades e comunidades sustentáveis: Aqui podemos olhar para projetos de água urbana, saneamento, expansão de eletricidade que duma certa forma ajudam as populações urbanas carentes a terem acesso aos serviços essenciais.

5. Conclusão

O papel das Parcerias Público-Privadas (PPPs) para o desenvolvimento sustentável em Moçambique revela uma abordagem promissora, mas que enfrenta desafios significativos. Um dos principais pontos a se considerar é a necessidade de uma estrutura legal robusta e bem definida que regulamente as PPPs, assegurando transparência, responsabilidade e equidade na alocação de riscos e benefícios, assim como o monitoramento no cumprimento das leis existentes. A experiência em Moçambique evidencia que projetos mal planeados ou mal-executados podem levar a descontentamentos sociais e a um uso ineficiente dos recursos, o que compromete sua viabilidade a longo prazo.

Além disso, as PPPs devem ser orientadas por uma visão integrada do desenvolvimento sustentável, que considere não apenas os aspectos económicos, mas também os sociais e ambientais. A implementação de práticas de governança participativa e o envolvimento das comunidades locais são fundamentais para garantir que as iniciativas atendam às reais necessidades da população e respeitem os ecossistemas locais.

A experiência da Circular de Maputo demonstra de forma clara que as Parcerias Público-Privadas (PPPs) com mecanismos de cobrança de taxas podem ser uma via viável e eficaz para a melhoria da infraestrutura viária em Moçambique. A aplicação de tarifas aos utilizadores, quando bem planejada e executada, permite não apenas o financiamento da construção e manutenção de vias, mas também a geração de receitas que podem ser reinvestidas na expansão e na modernização de outras infraestruturas urbanas.

No entanto, o êxito de modelos baseados em cobrança depende essencialmente do equilíbrio entre a viabilidade econômica do projeto e a justiça social. É fundamental que os encargos aplicados aos cidadãos estejam dentro de parâmetros aceitáveis e proporcionais à sua capacidade contributiva, evitando, assim, a exclusão social e a limitação do direito à mobilidade.

Nesse sentido, torna-se indispensável o estabelecimento de um marco regulatório sólido, transparente e coerente, que defina com clareza os papéis das partes envolvidas, os critérios de definição de tarifas, os mecanismos de fiscalização e, sobretudo, as garantias de que os benefícios gerados por essas parcerias alcancem de forma equitativa toda a população. A inclusão de cláusulas de responsabilidade social e a adoção de instrumentos de monitoramento participativo são estratégias relevantes para assegurar esse equilíbrio.

Portanto, o modelo aplicado na Circular de Maputo pode e deve servir de referência para outras iniciativas semelhantes em diferentes regiões do país. A continuidade e a expansão de projetos dessa natureza, apoiados por receitas sustentáveis e princípios de equidade, têm o potencial de transformar significativamente a qualidade da infraestrutura urbana em Moçambique, contribuindo de forma concreta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Referências

Afonso, M. M. & Fernandes, P. A. (2005). *Introdução à Cooperação Internacional*, editora: Instituto Marquês de Valle Flôr, Lisboa.

Almeida, A. & Santos, P. (2020). *O Papel das Parcerias Público-Privadas na Sustentabilidade do Desenvolvimento em Moçambique*. Editora: Universitária. Maputo.

Alves , Regiane Policarpo da Silva. 2025. “Prevenção à Fraude Financeira: Pilar Da Integridade econômica, confiança Social E Desenvolvimento sustentável Sob Uma Abordagem Global”. RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber 1 (2). https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2025.2261.

Azevedo, E. S. & Nascimento, J. F. (2015). *Parcerias Público-Privadas: Teoria e Prática*. Editora: Método. Brasil.

Becker, G. (1976). *A abordagem econômica do comportamento humano*. Editora: University of Chicago Press. Chicago.

Bevir, M. (2013). *Governança: Uma breve Introdução*. editora: Oxford University Press, Reino Unido.

Brito, B & Silveira, A. (2005). *Parceria público-privada:compreendendo o modelo brasileiro*. Revista do setor púnlico brasileiro. Brasilia.

Barreto, M. (2004). *Políticas Públicas e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Ceará. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural e Sustentável)*. Universidade Federal do Ceará

De Oliveira, A. C. (2018). *Gestão de Parcerias Público-Privadas*. editora Juspodivm, Brasil.

Da Silva, L. A. (2020). *Economia das Parcerias Público-Privadas*. editora Atlas, Brasil.

Eng, J. & Zhai, N. (2021). *Financiamento Inovador para o Desenvolvimento: O Papel das Parcerias Público-Privadas*. Publicações do Banco Mundial

Gil (2008). *Como as coisas funcionam: a natureza das ciências*. Editora da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), Santa Maria.

Hodge, G. A. & Greve, C. (2007). *Parcerias Público-Privadas: Teoria e Prática em Perspetiva Internacional*. Editora: Routledge

Marconi & Lakatos (2019). *Metodologia do Trabalho Científico.* Editora: Atlas, 7a ed. São Paulo.

Moore, M. H. (2007). *Criando valor público por meio de parcerias público-privadas*. Revista do Serviço Público.

Nhamire, B. & Matine, J. (2015). *Parcerias Público-Privadas: um investimento necessário mas problemático em moçambique caso da concessão do porto de nacala e linha do norte*.

CIP OCDE (2008). *Parcerias Público-Privadas: Em Busca da Partilha de Riscos e da Valorização do Dinheiro*. Editora: OCDE Publishing

PNUD (2017). *Parcerias Público-Privadas: Uma Chave para Alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável*. Editora: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

República de Moçambique. (2012, 4 de junho). *Decreto n.º 16/2012, que aprova o regulamento da Lei n.º 15/2011 (Lei das PPPs, PGD e CE), regulando os procedimentos para contratação, implementação e monitoria* (Boletim da República n.º 27, I Série).

Sharma, K. (2015). *Parcerias Público-Privadas em Países em Desenvolvimento: Lições do Campo*. editora: International Journal of Development Issues

Smith, J. (2021). *O Papel das Indústrias Extractivas no desenvolvimento sustentável: Desafios e Oportunidades.* Revista de Mineração Sustentável, Belo Horizonte

Stiglitz, E. J. (2002). *Globalização e seus Descontentamentos*. editora: W. W. Norton & Company, EUA.